



A importância da nova história indígena para compreensão dos protagonismos indígenas na história do Brasil

Edson Hely Silva

edson.silva@gmail.com

Professor Titular de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Pós-Doutorado em História na Universidade Federal do Ceará - UFCE, (2020) e Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2013).

 <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>

Flávio Benites

flaviojbenites@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História PPGHIS/CCH na Universidade Federal do Maranhão. Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG.

 <https://orcid.org/0000-0003-3335-1272>

 10.28998/rchv14n27.2023.0010

Recebido em 15/05/2023

Aprovado em 15/06/2023



A importância da nova história indígena para compreensão dos protagonismos indígenas na história do Brasil

RESUMO

Este estudo tem como objetivo problematizar a importância da “nova história indígena” para repensar e rescrever o lugar dos povos indígenas na História do Brasil. Discutimos a importância do historiador Francisco Adolfo Varnhagen no século XIX, sob o ponto de vista de sua obra “História Geral do Brasil” (1854/57), pois utilizou como uma das fontes principais os relatos do sertanista português Gabriel Soares de Souza (1580) para instaurar uma visão equivocada sobre os indígenas no Brasil, deixando um profundo legado negativo sobre o assunto. Problematizamos os contextos historiográficos e antropológicos no Brasil do século XX, com as mobilizações dos povos indígenas, evidenciando como esses povos provocaram novos questionamentos no campo da História e da Antropologia. A pesquisa ao problematizar o tema contribui para se repensar a importância dos estudos iniciados na década de 1990 e como gerou frutos, na perspectiva dos caminhos percorridos nas abordagens históricas sobre os indígenas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Indígenas na História; nova história indígena; protagonismos indígenas.

The importance of the new indigenous history for the understanding of indigenous protagonisms in the History of Brazil

ABSTRACT

This study aims to problematize the importance of the “new indigenous history” to rethink and rewrite the place of indigenous people in the History of Brazil. We discuss the importance of the historian Francisco Adolfo Varnhagen in the 19th century, from the point of view of his work “História Geral do Brasil” (1854/57), since we use it as one of the main sources of the reports of the Portuguese sertanista Gabriel Soares de Souza (1580) to establish a mistaken view of indigenous peoples in Brazil, leaving a profound negative legacy on the subject. We problematize the historiographical and anthropological contexts in Brazil in the 20th century, with the mobilizations of the indigenous people, showing how these people provoked new questions in the field of History and Anthropology. The research, by problematizing the theme, contributes to rethinking the importance of studies initiated in the 1990s and how they generated results, from the perspective of the paths taken in the historical lines about indigenous peoples in Brazil.

KEY-WORDS: Indigenous in History; new indigenous history; indigenous roles.

Introdução

Nos estudos da História do Brasil¹ por muito tempo os indígenas foram citados somente nas primeiras décadas da colonização, predominando a visão de que os povos nativos foram vítimas de genocídios provocados pela invasão e colonização europeia a partir do contato de 1500. Não bastando, aos indígenas “sobreviventes” a ideia de que estariam fadados ao inevitável desaparecimento com o processo colonizador e o progresso, estariam então, “aculturados”, “assimilados” em processo de integração à sociedade não-indígena. De modo geral, apesar de consideráveis mudanças nos estudos sobre os indígenas na História do Brasil, essas ideias sobre “aculturação”, “extermínio”, vitimização, “assimilação” e fim dos povos nativos no país ainda são ensinadas em universidades, estão nos livros didáticos e são amplamente propagadas nos canais midiáticos de grande alcance corroborando para o fortalecimento de imagens e discursos equivocadas sobre a atual situação dos povos indígenas em pleno século XXI (ALMEIDA, 2010, p. 13-14; MONTEIRO, 2001, p. 4; SILVA, 2017a, p. 69).

Na visão do historiador John Monteiro, um dos principais obstáculos de considerar os indígenas enquanto atores sociopolíticos na História do Brasil está relacionado a não discussão de suas histórias na historiografia brasileira motivado pela elevada resistência por parte dos historiadores em se ocupar com a temática indígena, pois estudar o “índio” seria uma tarefa exclusivamente dos antropólogos. Configura-se, portanto, um isolamento dos indígenas no pensamento historiográfico brasileiro, mesmo sendo anunciado pelos primeiros escritores na colônia e também discutido de forma científica no século XIX por uma historiografia nacional à época (MONTEIRO, 2001, p. 2).

Varnhagen e o legado para os historiadores da História do Brasil

No século XIX, o jovem historiador paulista Francisco Adolfo Varnhagen teve um papel de relevância ao instituir determinadas visões e discursos acerca dos povos indígenas para gerações futuras nas discussões sobre a História do Brasil. Ademais, foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado em 1838, instituição que tinha como objetivo inaugurar uma tradição histórica nacional. Assim, não somente para Varnhagen, mas para outros intelectuais do Instituto era um desafio

¹ Os principais autores são: Carl Friedrich Philipp von Martius “Como se deve escrever a História do Brasil” (1845); Francisco Adolfo de Varnhagen “História Geral do Brasil” (1854/57); João Capistrano de Abreu “Capítulos de História Colonial: 1500-1800” (1907) adentrando o século XX Manoel Bomfim publicou “O Brasil na América” (1929).

descobrir e recuperar documentos para desenvolver estudos fundamentando um panorama histórico e etnográfico para as origens da chamada civilização brasileira. No caso da História, havia muitos textos desconhecidos e desordenados em instituições na Europa esperando ser encontrados, tendo em vista que, para o paradigma positivista da historiografia do período, o documento era a prova do fato. Dentre esses documentos os relatos etnográficos de Gabriel Soares de Sousa tornaram-se uma das principais fontes para os estudos sobre os indígenas no período colonial. Todo esse empenho visava reverter a imagem de uma sociedade escravista atrasada, considerada pouco civilizada e profundamente miscigenada. Os membros do IGHB tentaram conciliar as origens americanas como as ideias de civilização em voga na época, orientando as supostas origens do Estado-nação no século XIX e as populações indígenas foram o suporte para se esboçar uma mitografia nacional (MONTEIRO, 2003, p. 122-124; 2001, p. 3).

Nesse sentido, a Antropologia e a Etnologia foram conhecimentos de destaques para publicações no IHGB. Quanto à questão racial da época, no projeto de centralização dos assuntos nacionais, os grupos dominantes tiveram uma postura dúbia em relação aos negros e indígenas. Quanto aos primeiros, uma visão evolucionista e determinista considerou os negros como grupo incivilizável pelo suposto baixo nível de civilização humana. E os indígenas foram considerados ora em uma perspectiva positiva e evolucionista podendo ser integrados, ora pelo ponto de vista romântico enquanto símbolo nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 145).

No período em questão foi bastante ampliado o conhecimento etnográfico associado à produção literária abordando temas fundacionais, escrita por poetas e romancistas, acompanhado por um franco diálogo com a Etnologia em paralelo com as pesquisas e reflexões de historiadores e outros campos do conhecimento. Portanto, nesse contexto, foi publicada entre 1854 e 1857 a obra de Varnhagen a “História Geral do Brasil” originalmente em dois e posteriormente organizada em cinco volumes. Uma de suas características foi a grande preocupação com a fonte documental,² considerada o primeiro grande compêndio sobre a História do Brasil. Entretanto, as ideias na obra de Varnhagen se assemelhavam à postura pessimista do naturalista alemão Carl Friedrich

²Uma das principais fontes de Varnhagen foi a descrição dos indígenas pelo sertanista português Gabriel Soares de Sousa na década de 1580, considerado por muitos como o mais importante relato quinhentista. Esses relatos refletem a longa convivência do português com os indígenas no Recôncavo, autor que pouco se sabe sobre a sua vida. Apesar do documento ser do século XVI só foi integralmente editado pela primeira vez por Francisco de Adolfo Varnhagen no século XIX e incorporadas as descrições de Gabriel Soares como fatos etnográficos pelas gerações posteriores de historiadores nacionais (MONTEIRO, 2003).

von Martius em um ensaio em 1847, quando conquistou a premiação do IHGB com a monografia “Como se escrever a História do Brasil”, pois como adepto das teorias setecentistas, considerou que as populações indígenas no Brasil seriam extintas em um futuro bem próximo (MONTEIRO, 2003, p. 125).

Varnhagen era convicto na aversão às populações brasileiras, não se limitando a indígenas, mas a todas as camadas populares da América Portuguesa. Na “História Geral do Brasil”, descreveu de modo muito consciente a aversão aos indígenas, pois sustentou que os antigos Tupi viviam na triste e degradante condição de anarquia selvagem, barbárie e atraso. Considerou os indígenas como povos na infância sem história, somente com etnografia. Como saldo negativo para os nativos, esta perspectiva de Varnhagen encontrou lugar seguro nos estudos históricos posteriores no Brasil. Assim, a leitura dos documentos quinhentistas pelos historiadores do Império continuou na dicotomia Tupi-Tapuia, pois era uma forma de desviar do problema da diversidade linguística e étnica dos povos indígenas, se tornando mais fácil de administrar o problema tanto para escritores como para autoridades no Império brasileiro (MONTEIRO, 2003, p. 126-127; 2001, p. 58-59).

Assim sendo, é possível afirmar que Varnhagen foi o primeiro historiador brasileiro a iniciar uma discussão historiográfica a respeito dos indígenas, mas deixou como legado a ideia que a História do Brasil inicia com o fim dos nativos, fixando um discurso sobre os indígenas como algo do passado, como seres cristalizados no tempo, fora disso seria a crônica da extinção. Quando pensamos em personagens como Adolfo de Varnhagen representando instituições como o IHGB, devemos questionar qual tipo de história foi narrada e como foi narrada, para assim, indagarmos a responsabilidade da exclusão dos indígenas na História do país. E quem pode incluí-los na História e desconstruir versões equivocadas?

Nesse sentido, Varnhagen com a citada obra desencadeou uma tendência aos historiadores futuros e a sociedade em geral, acerca da projeção para a data emblemática de 1500 como o retrato fidedigno das diversidades indígenas e as relações interétnicas entre esses povos, sendo consolidada e mantida posteriormente essa visão. Após os contatos coloniais, os discursos majoritários sobre os povos indígenas ignoraram toda sociodiversidade possível, se tornaram simplórios e binários, como Tupi-Tapuia, selvagem-civilizado, manso-bravil, do sertão ou do litoral, etc. E, esse modelo de pensar os povos indígenas do suposto pretérito condicionou os modos de perceber e interpretar

o passado dos povos indígenas no presente. Toda essa narrativa serviu para negar as reivindicações indígenas por direitos, como a autodeterminação, autonomia nas expressões socioculturais e o mais importante deles: o direito ao território.

Diante do quadro apresentado não é possível ignorar que as pesquisas sobre a temática indígena se encontram em novos rumos, iniciado no final dos anos de 1980 com a chamada “nova história indígena”, assim, o panorama vem sendo alterado com os esforços ampliados de pesquisadores de várias áreas, como antropólogos, historiadores, arqueólogos, linguistas, geógrafos etc.

Entretanto, consideramos que o tema não é nada novo nem para a historiografia desde o século XIX tendo como enfoque o indígena Tupi como matriz da nação, tampouco para Etnologia com as fontes produzidas nos séculos XVI e XVII para elaborar modelos sofisticados das sociedades Tupi-Guarani, destacando as pesquisas etnográficas de Alfred Métraux e Florestan Fernandes. Por outro lado, a partir do final dos anos de 1970, foram introduzidas duas questões importantes, uma de ordem teórica e outra de ordem prática. A primeira, novas vertentes de estudos buscavam unir preocupações teóricas referente à interface entre História e Antropologia e a segunda, o aumento das mobilizações políticas dos indígenas, enquanto protagonistas ‘da’ e ‘na’ História, com amplo apoio nos setores progressistas que estavam renascendo e se fortalecendo, criando espaços em meio a uma ditadura moribunda aos poucos se desmantelando. A retomada da noção de direitos indígenas enquanto direitos históricos e sobretudo pelos territórios, estimulou estudos e buscas em documentos históricos para fundamentação jurídica na obtenção de direitos para as demandas indígenas (MONTEIRO, 2003, p. 5).

As mobilizações dos povos indígenas na década de 1970 começaram a ser apoiadas pelo Conselho Indigenista Missionário CIMI, vinculado à Igreja Católica Romana e a antropólogos vinculados às universidades, defendendo a importância de respeitar as expressões socioculturais dos povos indígenas. Posicionamentos diametralmente opostos à FUNAI que tinha como política a perspectiva do processo de integração dos indígenas na sociedade nacional, semelhante ao evidenciado em vários momentos da colonização até o século XX. Ou seja, o ardil da ‘integração’ dos povos indígenas sempre significou um esforço para diluí-los entre a população brasileira (com respaldo de estudos antropológicos vigentes na época), logo não havendo indígena não há direitos e, o maior de todos os direitos são as terras sempre alvo de cobiça, esbulhadas paulatinamente para exploração econômica.

Outro dado importante nos anos 70 do século XX foi a promulgação da Lei 6.001 em 1973 em plena Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Conhecido como “Estatuto do Índio”, surgiu com objetivo de reger as relações do Estado e a sociedade brasileira com os indígenas. Grosso modo, o “estatuto” se guiou por um princípio estabelecido pelo velho Código Civil brasileiro de 1916, considerando os indígenas, “relativamente incapazes”, por isso deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal. Para essa função foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi extinto em 1967 e no mesmo ano surgiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que perdura até os dias atuais. Essas instituições seriam indispensáveis para acompanhar os passos dos indígenas até que estivessem totalmente “integrados à comunhão nacional”, ou seja, à sociedade brasileira.

Na perspectiva da suposta incapacidade dos povos indígenas, com o mito do bom selvagem, pureza, docilidade, etc., leis como o “Estatuto do Índio” promoveram ao longo de décadas a consolidação de inúmeros equívocos a respeito dos povos nativos no imaginário social como um todo. Esse conjunto de situações provocou reações espantosas, como exemplo a manchete de um periódico abaixo:

Figura 1: Jornal *Diário da Noite*



Fonte: Jornal *Diário da Noite*, 1º caderno, Recife, 28 de agosto de 1975.

O caso foi considerado tão grotesco e chocante que foi estampado como manchete “Até um índio assaltando na cidade do Recife”, no caderno iniciando a seção policial no jornal *Diário da Noite* em agosto de 1975 na cidade de Recife. Ou seja, o jornalista tinha

uma ideia tão deturpada do que era um indígena para escrever “Até um índio”, não somente promovendo o sensacionalismo típico do gênero policial, mas evidenciando a indignação e a descrença na situação absurda, uma vez que o crime em si não era digno de todo o alarde no universo jornalístico do gênero policial, pois era furto, geralmente preferem estampar nas manchetes assassinatos cruéis e acidentes trágicos.

Mesmo assim, o que estava em questão era o motivo de não aceitar como comum, plausível, um indígena realizando tamanho feito, isto porque eram considerados “incapazes”. Desse modo, o sensacionalismo da manchete tinha o objetivo de chamar atenção dos leitores para o absurdo da situação, a maioria deles possivelmente concordando com o jornal. Foi narrada a história de um indígena com alcunha “Pindoré”, supostamente oriundo de Manaus AM, ou seja, o “índio verdadeiro” típico da região Amazônica. Este, por sua vez, abandonou a “tribo” para viver no mundo do crime, assim, foi detido porque estava furtando objetos domésticos com uma comparsa em um bairro do Recife. Outra informação que espantou o jornalista, e também o delegado, foi que o suposto meliante indígena falava bem o idioma português e, pasmem, era considerado com grau de periculosidade mais elevado do que muitos criminosos não-indígenas.

Essa notícia de jornal pode ser considerada uma amostragem corriqueira sobre como os indígenas eram vistos na sociedade como um todo, a relação binária do indígena “puro” e “assimilado”. Portanto, esse modelo era a referência de compreensão acerca dos indígenas. Somente havendo essas duas opções e tal pensamento propagado por muitos outros meios de comunicação, agentes do Estado, leis como do “Estatuo do Índio”, pesquisas, estudos antropológicos entre outras fontes, foram importantes instrumentos para consagrar ainda mais os estereótipos e imagens deslocadas das experiências dos povos indígenas naquele período.

Brasil do século XX: História, Antropologia e a “nova história indígena”

No Brasil, as teorias antropológicas³ da segunda metade do século XX compreenderam os indígenas como parte da formação da sociedade brasileira somente, desse modo, a importância do indígena estaria vinculada a um passado remoto, mas o que importava eram as heranças socioculturais e genéticas, sendo os indígenas muito

³Para vários antropólogos brasileiros, diante de um novo ativismo político no final dos anos de 1970 proporcionou uma oportunidade para se repensar alguns pressupostos teóricos da Antropologia e os povos indígenas. Esse momento gerou uma divisão na antropologia brasileira, entre a tradição americanista, predominando a corrente estruturalista nos anos de 1970, em relação a tradição voltada para os estudos de contato interétnicos desde os anos de 1950. Para aprofundar no assunto: Oliveira, 1998; Monteiro, 2001.

valerosos para adaptação do colonizador europeu no Novo Mundo. Esse enfoque tem raízes nas teorias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, porém foi o antropólogo Darcy Ribeiro quem elegeu o indígena como principal personagem na construção de sua teoria sobre a formação do Brasil. Não por acaso, Darcy Ribeiro era um indigenista do SPI, o poder tutelar na época, assim, suas pesquisas demonstravam preocupações com os indígenas no que dizia respeito à “aculturação” e à integração nacional, apesar de ter denunciado a “assimilação” do indígena que estava se transformando em trabalhador rural, em índios “destribilizados” reduzidos a uma massa disforme de camponeses. Por outro lado, as teorias de Ribeiro foram questionadas pelo antropólogo Roberto Cardoso (1962-1964) problematizando os pressupostos de cultura fixa com o conceito de fricção interétnica. Mas a geração seguinte de antropólogos estabeleceu que as culturas indígenas não são perdidas, mas estão em permanente reconstrução com uma identidade diferenciada na valorização da sociodiversidades indígenas como parte integrante da nação (COHN, 2001, p. 37).

No campo da História do Brasil (enquanto área do conhecimento), iniciou-se um processo de renovação na década de 1970,⁴ com a inclusão de novas abordagens e novos temas. No entanto, novas perspectivas teóricas e conceituais foram elaboradas com a incorporação cada vez maior de novas fontes e o crescente diálogo, por parte dos historiadores, com outros especialistas das Ciências Humanas e Sociais, propiciando novas leituras sobre o passado brasileiro. Um dos momentos importantes nesse período, na década de 1980, ocorreu com o progressivo abandono de marcos teóricos generalizantes de inspiração marxista, ampliando o quadro profissionalizante de historiadores nas universidades. Assim, houve uma explosão de estudos sobre a escravidão negra, cristão novos, mulheres, pobres e entre outros, com novas perspectivas sobre a História Social, demográfica, econômica e cultural. Logo, alguns esquecidos da história começaram a saltar dos arquivos, mas nesse período os indígenas permanecerem ignorados pelos historiadores (ALMEIDA, 2017, p. 18-19; MONTEIRO, 2003, p. 7).

Somente no final dos anos de 1980 e início de 1990 começou a se firmar a renovação dos estudos sobre a temática indígena, surgindo a perspectiva de uma “nova

⁴Com o surgimento da chamada “nova História Cultural”, terceira geração da “Escola dos *Annales*”, fortalecida em 1974 com a coleção editada pelo historiador francês Jacques Le Goff e Pierre Nora, “História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos”. Com a premissa de se redefinir o campo do social para se renegociar as relações entre a História e as Ciências Sociais. Com isso os historiadores redimensionaram o foco e os olhares nos estudos acerca da presença humana e o fazer histórico, passagem da história global para uma “história em migalhas”. (REIS, 2007, p. 80-84; LE GOFF; NORA, [1974]1976).

história indígena” inaugurando novas possibilidades interpretativas na História a partir de diálogos com a Antropologia. O conceito de cultura foi de extrema relevância para as pesquisas sobre a temática indígena na História, porque nos estudos antropológicos na época os processos de mudanças como fator explicativo e transformadores para a cultura estavam sendo discutidos e incorporados nas pesquisas. Desse modo, ocorreu uma franca influência entre os paradigmas conceituais da Antropologia e da História, sendo possível repensar também os conceitos como contato e tradição.⁵

Assim, a “nova história indígena” tem com o objetivo evidenciar ações e interpretações de sujeitos e povos indígenas diante das experiências diversas ao longo da história do contato. Isto porque, como problematizamos ao longo desse texto, durante muito tempo a historiografia discutiu as populações indígenas como vítimas passivas ou meros espectadores do processo histórico. Todavia, com as novas abordagens foi superada uma historiografia, até de certo modo, elitista, predominante em descrever os indígenas a partir dos seus lugares de fala e não das experiências vividas devido ao contato com o não-índio.

Nesse sentido, até a consolidação dos paradigmas da “nova história indígena” havia uma tendência historiográfica de enxergar os povos indígenas por dois pontos de vistas entanques. Por um lado, a ótica da “extinção”, cujo ponto de vista estamos debatendo e, por si mesmo apresentando a dimensão do problema. Por outro, o paradigma da “resistência cultural”, ou seja, certos povos indígenas resistiram às investidas colonizadoras e mantiveram-se “puros” e “verdadeiros”. Seguindo esses pontos de vistas, em uma das versões os povos indígenas deixaram de existir ao longo da História e os que conseguiram resistir bravamente tiveram êxito de manter a cultura do mesmo modo dos primórdios do contato com os europeus. Em ambas perspectivas historiográficas não existe a possibilidade de transformações, mudanças, adaptações, ressignificações, reelaborações socioculturais, somente a exclusão dos sujeitos não se encaixando em nenhuma das opções, sendo desconsiderado o movimento da História (SIMÕES JÚNIOR, 2019, p. 25).

⁵Por meio das análises da “etnicidade” proposta por Frederik Barth ocorreu uma importante mudança para se analisar e compreender os grupos étnicos quanto ao caráter organizacional, as fronteiras e as concepções de identidade étnica e etnicidade. Os estudos de Barth contribuíram com os historiadores para uma compreensão mais ampla das sociedades indígenas em situação de contato, pois para esse autor a etnicidade de um grupo se define justamente com o contato com outro grupo, tanto pela autoatribuição, mas também com reconhecimento do outro sobre si. Ou seja, a identidade reconhecida por meio da autoidentificação como também pelos pares e o grupo no geral é reconhecido por sua identidade diferenciada em face da sociedade majoritária (BARTH, 2000, p. 25-67).

Assim, como exemplo dessas concepções, John Monteiro (2001, p. 55) problematizou sobre os Tupinambá analisados por Florestan Fernandes quando defendeu que somente sobreviveriam aos impactos da colonização por meios da migração, ou seja, por meio da fuga, expelindo as possibilidades do contato, a exemplo de outros grupos egressos da Capitania de Pernambuco reconstituindo a coesão tribal em lugares distantes da presença dos europeus. Entretanto, concluiu Monteiro que este tipo de visão consagrou a ideia que os indígenas deram as costas para a história para não ser vítimas dela.

O ponto de vista em questão não esconde ou nega que muitos povos indígenas foram violentados com a invasão da América Portuguesa e, portanto, as consequências ecoando até os dias atuais, entre as quais a longa exclusão dos indígenas na História. Mesmo em face de um processo violento não se deve reduzir a história às atrocidades dos não-índios, isto porque existiu ações dos indígenas diante de diversas situações desfavoráveis, sobretudo, nas relações de poder demasiadamente desigual. Mas, diante de todos os contextos de imposições, violências nos mais diversos níveis, os indígenas criaram, interpretaram e agiram diante dessas situações, na maioria das vezes, buscando tirar proveito para si mesmos (WITTMANN, 2015, p. 15).

Retomando a década de 1990, período inaugural no que diz respeito à “nova história indígena”, foi um momento da guinada, marcando uma série de novas iniciativas nesse campo, resultado de uma articulação entre antropólogos, arqueólogos e historiadores apresentando estudos referentes à temática indígena com temas renovados. Desse modo, diferentes grupos de pesquisadores em diversas épocas, revisitaram a temática, portanto, esse campo vem se consolidando nos últimos anos e, enquanto campo temático, a partir, sobretudo, dos diálogos entre a Antropologia e a História (KNAPP, 2013).

A “nova história indígena” é importante para revisar e confrontar temas que a historiografia consagrou aos povos indígenas, narrados na História do Brasil como povos com um papel secundário no processo de colonização. Sobre essa visão, a História do Brasil canônica inicia-se, de modo invariável, pelo “descobrimento” do Brasil, portanto, graças aos descobridores europeus que inauguraram e conferiram aos indígenas a entrada no grande curso da História da humanidade (CUNHA, 2012, p. 8).

Nesse sentido, entre os diálogos interdisciplinares, ficou evidente a importância do olhar da Antropologia sobre as fontes históricas e a historicização de certos conceitos básicos para se analisar as relações de alteridade. São procedimentos metodológicos

fundamentais para pensar os indígenas como sujeitos e compreender as atuações nativas a partir das escolhas e os protagonismos a serem considerados para a compreensão do processo histórico dos quais fazem parte. Cultura e etnicidade, por exemplo, são produtos históricos e estão continuamente se construindo em contextos históricos definidos e, explorar essas premissas possibilita novos estudos e novos resultados nas abordagens da temática (ALMEIDA, 2013, p. 21).

No contexto de renovação nas pesquisas sobre os indígenas, existem referências basilares da chamada “nova história indígena”. A pioneira coletânea organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1992) “História dos índios no Brasil” publicado em 1992, é considerada um marco da “nova história indígena” no Brasil, termo assinalado pelo falecido historiador John Monteiro na Tese de Livre Docência, apresentada na Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2001. No que diz respeito ao termo “nova história indígena”, a antropóloga fez uma ressalva, “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós” e não para os indígenas em experiências ao logo do movimento da História (CUNHA, 1992, p. 18).

A coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha contribuiu de forma inestimável para os avanços das pesquisas acerca do tema em questão, pois apontou novos paradigmas para estudos como também as fontes para pensar os indígenas como protagonistas ‘da’ e ‘na’ História. Na citada obra, foi apresentado e sistematizado de forma consistente com pesquisadores e pesquisadoras de diversas nacionalidades e áreas como Arqueologia, Antropologia, História, especialistas em Genética, Biologia, entre outras. Esses estudos abriram as portas para uma nova postura e, assim, pensar a respeito dos indígenas na História no Brasil, reconhecendo-os enquanto agentes históricos a partir de estudos de múltiplas fontes e áreas.

O livro está dividido em cinco partes, dialogando entre si: fontes da história indígena; política e legislação indigenista; a Alta Amazônia; a Amazônia Meridional; o Nordeste, Leste e Sul. Essa divisão diz muito sobre o contexto do período, porque apresentava uma diversidade de fontes e temas para recontar e integrar os indígenas na História, ou seja, a história social com uma diversidade de documentos possíveis,

ampliado a visão do “como” escrever a história indígena diversa do que vinha sendo narrada.⁶

Na mesma perspectiva de renovação, nesse mosaico da “nova história indígena” o historiador John Monteiro⁷ com o livro “Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (MONTEIRO, 1994a), uma publicação correspondendo a Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Chicago em 1985, estabeleceu um novo lugar na história para o indígena – o “negro da terra” no período colonial – na engrenagem do sistema produtivo paulista durante os séculos XVI ao XVIII. Dessa forma, evidenciou na pesquisa que os trabalhadores indígenas, escravizados ou não, ocuparam um papel central na formação sociocultural e no desenvolvimento econômico de São Paulo.

Assim, o enfoque da pesquisa de John Monteiro se assentou sobre as relações escravistas na região paulista, esmiuçando em detalhes algumas das principais características dessa sociedade, com recorte temporal entre os séculos XVI e XVIII. Desse modo, a principal tese em “Negros da terra” foi compreender que as incursões bandeirantes tinham como objetivo principal o abastecimento de trabalhadores indígenas escravizados, como expedições de apresamento para a própria região com o objetivo de alimentar o circuito mercantil do Atlântico meridional, e não apenas para o litoral canavieiro do Nordeste.

No entanto, Monteiro (1994a, p. 9) com a interpretação crítica da história social de São Paulo evidenciando as populações nativas ao ocuparem um lugar central focalizando a estrutura e dinâmica da escravidão indígena, dialogando com três problemas centrais da História do Brasil: 1) o papel do indígena na história social e formação econômica na Colônia; 2) questionamento do mito bandeirante, a partir de uma supervalorização desses sujeitos; e 3) a importância das economias não exportadoras na composição histórica do país. O autor deixou explícito não querer resolver essas três questões, mas contribuir com novos elementos para uma discussão mais ampla e crítica

⁶Para um contato introdutório com a obra de “História dos índios no Brasil” ver a apresentação da obra realizado pela professora Dra. Soraia Dornelles (UFMA) e o Prof. Dr. Edson Silva (UFPE) ambos do campo da História. Foi gravada no final de 2020 está disponível pelo *You Tube* no canal “Associação Brasileira de Educadores Marxistas” vídeo intitulado: “Clube de Leitura Solar/ABEM - História dos Índios no Brasil”. Estando dividida em duas partes à apresentação.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZuEHTTvBJFw>

⁷O professor John Monteiro também participou da coletânea “História dos índios no Brasil” (1992), na parte sobre o Nordeste Leste e Sul, publicou o capítulo “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVIII”.

acerca da dinâmica interna de uma economia e sociedade voltada prioritariamente para o Atlântico.

Outra obra organizada pelo mesmo autor, em muito contribuindo para a renovação dos estudos é o “Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros” (MONTEIRO, 1994b), que se tornou um singular instrumento de pesquisas, reunindo o conteúdo de mais de 500 conjuntos documentais com informações sobre o passado dos grupos indígenas em arquivos públicos nas capitais brasileiras, para se pensar as novas perspectivas de abordagens sobre os nativos enquanto sujeitos da/na História a partir desse conjunto de fontes.

Na mesma década, o também historiador Ronaldo Vainfas publicou; “A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial” (VAINFAS, 1995). Analisando a documentação produzida pelo Inquisidor na Primeira Visitaçao do Santo Ofício à Bahia, defrontou-se com a denominada Santidade de Jaguaripe, um movimento de tipo milenarista, composto na maioria por indígenas rebeldes à situação colonial em 1565. A questão central do livro foi interpretar a situação enquanto um fenômeno mais geral e abrangente de resistência indígena à colonização. Nesse sentido, o estudo recuperou o que muitos historiadores e antropólogos antes de 1990 insistiram em negar: a atividade e participação dos índios enquanto sujeitos ‘da’ e ‘na’ História em face da colonização portuguesa no Brasil. Foi possível pensar também, a partir desse estudo, a questão da fluidez das fronteiras socioculturais entre indígenas e não-indígenas no contexto narrado.

Outra pesquisa de grande relevância, a coletânea organizada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira; “A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena” (OLIVEIRA, 2004), marcou de modo decisivo as mudanças ocorridas nos estudos sobre os povos indígenas no Nordeste e também para as regiões mais antigas da colonização, problematizando, a partir da perspectiva das teorias antropológicas, um franco diálogo com a História. Nesse sentido, o autor expôs de modo introdutório a problematização das pesquisas sobre os denominados “índios misturados” no Nordeste, a partir de conceitos como “territorialização”, “territorialidade”, “emergência étnica”, etc. Evidenciando, assim, as peculiaridades étnicas dos indígenas nessa Região do Brasil, confrontou as teses sobre “aculturação” no qual advogava a inexistência dos povos indígenas no Nordeste devido ao processo de “assimilação”, abrindo uma nova discussão no campo antropológico brasileiro com visões

diametralmente oposta, percebendo os povos indígenas pelo viés de uma fixidez da identidade mesmo após o contato.

Nesse sentido, a “territorialização”:

É definida como um processo de reorganização social que implica i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e relação com o passado (OLIVEIRA, 2004, p.22).

Desse modo, esse conceito se tornou central nas pesquisas acerca dos indígenas no Nordeste, porque os indígenas nessa região enfrentaram e ressignificaram as identidades de acordo com as situações de contato, elaborando as próprias leituras do mundo enquanto estiveram relacionados com os europeus.

Considerações finais

Conforme iniciamos nossas discussões, estabeleceu-se a premissa sobre os estudos da História do Brasil evidenciando que em um longo período de tempo os indígenas foram citados somente no início da colonização, consolidando a visão de que esses povos nativos foram somente vítimas de genocídios provocados pela invasão e colonização europeia no início do século XVI. Indo mais além nessa controvérsia, compreendeu-se que aos indígenas “sobreviventes” estariam fadados ao inevitável desaparecimento devido ao processo colonizador e o progresso, porque estariam em processo de transitoriedade como “aculturados”, “assimilados” em processo de integração a sociedade não-indígena.

Nesse contexto, para contrapor essas visões houve a renovação dos estudos sobre a temática indígena e os indígenas na História, contudo as obras citadas da “nova história indígena” e os conceitos teóricos apresentados são os principais referenciais para pensar os protagonismos e as identidades indígenas no meio acadêmico brasileiro. Esses estudos contribuíram e contribuem para problematizar e compreender os diversos processos históricos vivenciados pelos povos indígenas desde a colonização até o período contemporâneo. Assim, por meio dessas leituras é possível rediscutir o lugar dos indígenas na História, para superação de equívocos, desinformações e preconceitos que continuam sendo reproduzidos em diversos seguimentos da sociedade.

Assim, ratificamos que, na década de 1990, o surgimento das pesquisas da “nova história indígena” proporcionou cada vez mais o aumento significativo da produção acadêmica sobre o tema em diversos programas de graduação e pós-graduação no Brasil, em várias áreas do conhecimento, com defesas de trabalhos de conclusão de cursos TCC’s, dissertações e teses nos diversos campos das Ciências Humanas e Sociais, somados a publicações de artigos em revistas especializadas, apresentações de pesquisas em congressos, simpósios, etc.

Apesar dos significativos avanços nos estudos sobre a temática indígena, ainda se configura em número reduzido em face a outros temas de pesquisa. Desse modo, os historiadores e historiadoras da temática devem compreender a atividade em minúcias conforme foi proposto pelo professor John Monteiro, pois para desconstrução de equívocos sobre os povos indígenas deve ser repensada toda a História do Brasil evidenciando os protagonismos indígenas. Para além disso, os indígenas devem também narrar suas histórias, ocupando lugares de fala nas universidades tanto como estudantes na graduação e pós-graduação, mas também como professores e também em outras áreas da sociedade civil, tal qual, atualmente ocupando cargos na política, seja no executivo e no legislativo para promoverem reivindicações de direitos não mais como tutelados.

Por fim, compreendemos que o historiador e a historiadora têm grande parcela de responsabilidades para desconstrução dos equívocos nos discursos sobre os povos indígenas, porque podem recuar no tempo por “dever de ofício” e, assim, mapear “onde” e “quando” surgiram determinados discursos e, assim, criticá-los, para depois compreender e problematizar quais os interesses em jogo, e quem se beneficiava com determinados discursos. Virar as costas ou ser indiferente aos indígenas na História do Brasil é negar o papel social do ofício historiográfico.

Fontes:

Jornal *Diário da Noite*, 1º caderno, Recife, 28 de agosto de 1975.

You Tube: canal “Associação Brasileira de Educadores Marxistas” vídeo intitulado: “Clube de Leitura Solar/ABEM - História dos Índios no Brasil”. Está dividida em duas partes à apresentação.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZuEHTTvBJFw> Acesso: jan. 2021.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol.37, n.75, pp.17-38, 2017.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares: a contribuição de John Monteiro. *Revista História Social*, v. 25, 2013, p. 19-24.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (Org.) Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-67.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, [1929]1997.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [1907] 1982.
- COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.2, 2001, p. 36-42.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Enigma, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KNAPP, Cássio. História indígena: uma abordagem teórico-metodológica nas pesquisas com/dos indígenas. In: *Anais XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal/RN. 22 a 26 de julho de 2013.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1974] 1976.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.
- MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo Varnhagen. *Revista de História*. 149 (2º - 2003), p. 109-137.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudo de História Indígena e indigenismo*. Tese (Livre Docência em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.
- MONTEIRO, John Manuel. *Guia de fontes para a História indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1994b.
- OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1998] 2004.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Edson. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. *O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas*. ANDRADE, Juliana Alves de. SILVA, Tarcísio Augusto Alves (Orgs.). Recife: Edições Rascunho, 2017.

SIMÕES JUNIOR, Roberto Carlos. *A nova história indígena e a educação para as relações étnico-raciais: construindo caminhos para sala de aula*. Campinas, SP: 2019. (Dissertação Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada à sua majestade imperial o senhor D. Pedro II*. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

WITTMANN, Luisa Tombini. Introdução ou a escrita da história indígena.

WITTMANN Luisa Tombini (org.) *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.